

QUESTÃO 1. Avalie as afirmações abaixo e assinale a CORRETA em relação à *transação penal*:

- a) A transação penal é cabível em caso de infrações penais de menor potencial ofensivo, consideradas como tal aqueles crimes com pena máxima não superior a um ano, excluídas as contravenções penais.
- b) O Ministério Público pode oferecer a proposta de transação penal, ainda que o caso seja de arquivamento, uma vez que se trata de instituto oriundo da justiça penal negociada (*plea bargaining*).
- c) É cabível a transação penal, independentemente da existência de reincidência criminal.
- d) O autor da infração que realizou a transação penal não poderá ser novamente beneficiado pelo referido substitutivo penal em prazo inferior a cinco anos.
- e) A aceitação da transação penal constará de certidão de antecedentes criminais e implicará assunção de culpa para efeitos civis.

QUESTÃO 2. Com relação aos substitutivos penais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.
- b) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- c) O benefício da suspensão do processo é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, ainda quando a pena mínima combinada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.
- d) São aplicáveis a suspensão condicional do processo e a transação penal nos delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha, desde que observados os requisitos previstos na Lei dos Juizados Especiais Criminais.
- e) A presença de defesa técnica, realizada por advogado, é dispensável na audiência de conciliação e transação penal.

QUESTÃO 3. Denunciando o caráter racista da “cor da justiça”, Michelle Alexander descreve a seguinte situação vinculada ao modo de condução da justiça negociada (*plea bargaining*) nos EUA: “Você é inocente. Após uma semana na cadeia, não tem ninguém para cuidar de seus dois filhos pequenos e está impaciente para ir para casa. Seu advogado, nomeado pelo juiz, apressa-a a se declarar culpada da acusação de distribuição de drogas, dizendo que o promotor lhe ofereceu liberdade assistida. Você recusa, proclamando firmemente sua inocência. Finalmente, depois de quase um mês na cadeia, você decide se declarar culpada para poder voltar para seus filhos”.

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Trad. Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 155.

Com relação ao ANPP (*Acordo de Não Persecução Penal*) assinale a alternativa CORRETA:

- a) São condições para a propositura do ANPP, não ser caso de arquivamento, não se tratar de infração penal cometida com violência ou grave ameaça, e, haver confissão formal e circunstanciada por parte do acusado.
- b) O ANPP é aplicável mesmo nos casos em que for cabível a transação penal no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.
- c) Cabe o ANPP ainda que o agente tenha sido beneficiado por transação penal ou suspensão condicional do processo nos últimos cinco anos anteriores ao cometimento da infração, exceto nos casos envolvendo crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.
- d) O ANPP será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público e pelo investigado, sendo dispensável a concordância de seu defensor.
- e) Para a verificação da voluntariedade na realização do ANPP bastará a apresentação do respectivo instrumento, sendo dispensável a realização de audiência judicial.

QUESTÃO 4. Tocante ao *acordo de não persecução penal* é CORRETO afirmar:

- a) Nos termos da legislação processual vigente, o juiz não poderá se imiscuir nas condições e cláusulas do ANPP, na medida em que o Ministério Público é o titular da ação penal pública e o acusado possui Defesa Técnica para proteger os seus interesses.
- b) Descumpridas quaisquer das condições estipuladas no ANPP, o Ministério Público deverá comunicar ao juizo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia.
- c) O descumprimento do ANPP pelo investigado jamais poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- d) A celebração e o cumprimento do ANPP constarão de certidão de antecedentes criminais.
- e) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o ANPP, o investigado nada poderá requerer.

QUESTÃO 5. Assinale a alternativa CORRETA em relação aos substitutivos penais:

- I – Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo aquelas cuja pena máxima não ultrapassa um ano (cumulada ou não com multa) e as contravenções penais.
- II – É cabível a suspensão condicional do processo em crimes cuja pena máxima é igual ou inferior a dois anos.
- III – A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- IV – Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o representante do Ministério Público a propô-la, o Juiz, dissidente, remeterá a

questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal.

V – O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.

Estão corretas:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) III, IV e V
- d) I, II e V
- e) II, IV e V

QUESTÃO 6. Avalie as afirmações abaixo e assinale a CORRETA em relação à *suspensão condicional do processo*:

- a) Na forma da lei, será cabível a suspensão condicional do processo, ainda que o acusado esteja respondendo a outro processo (sem a existência de sentença penal condenatória transitada em julgado), em respeito ao princípio constitucional da presunção de inocência.
- b) Se no curso do prazo de suspensão condicional do processo o acusado vier a ser processado por outro crime, a revogação do benefício será facultativa.
- c) Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão condicional do processo.
- d) A suspensão condicional do processo é cabível nos casos que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher.
- e) Se o acusado não aceitar a proposta de suspensão condicional do processo, a sua pena deverá ser aumentada pelo juiz na eventual sentença penal condenatória.

QUESTÃO 7. “A Bélgica, sabendo do indiscutível valor do trabalho de Berenger, adiantou-se, e, com a Lei de 31 de maio de 1888, adotou o novo instituto. Coube-lhe, assim, a honra de ser o primeiro país da Europa Continental a introduzir em sua legislação as vantagens da melhor política criminal por meio do instituto da suspensão condicional da execução da pena, também conhecida como *sursis*”.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral. 20. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1. p. 802.

A respeito da *suspensão condicional da pena*, avalie as afirmações abaixo e assinale a CORRETA:

- a) Segundo o STJ, tratando-se de benefício facultativo, caso o condenado entenda ser tal benefício mais gravoso do que o desconto da sanção corporal a ele imposta, deverá recusar tal benesse na audiência admonitória a ser designada após o trânsito em julgado do decreto condenatório.
- b) Somente caberá a suspensão condicional da pena em casos cuja condenação não seja superior a quatro anos, e o condenado não seja reinciente em crime culposo.

- c) Ainda que indicada ou cabível a aplicação de penas restritivas de direitos, poderá o juiz determinar a suspensão condicional da pena.
- d) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de sessenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.
- e) A suspensão condicional da pena se estende à pena de multa.

QUESTÃO 8. Avalie as afirmações abaixo e assinale a CORRETA em relação à *suspensão condicional da pena*:

- a) A execução da pena privativa de liberdade não superior a dois anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade (*sursis etária*), ou razões de saúde (*sursis humanitária*) justifiquem a suspensão.
- b) É obrigatória a revogação da suspensão se o condenado descumprir qualquer outra condição imposta ou é irrecorribelmente condenado, por crime culposo ou por contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- c) Se o beneficiário está sendo processado por outro crime ou contravenção, considera-se prorrogado o prazo da suspensão até o julgamento definitivo.
- d) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário é condenado, em sentença irrecorrível, por crime culposo.
- e) Expirado o prazo sem que tenha havido revogação, considera-se extinta a pena privativa de liberdade, exceto se, posteriormente, vier aos autos informações a respeito da existência de processos em tramitação.

QUESTÃO 9. Com base na legislação vigente, assinale a CORRETA em relação ao *livramento condicional*:

- a) O livramento condicional somente é cabível nos casos em que a pena privativa de liberdade imposta na sentença penal condenatória for superior a dois anos.
- b) Sendo o apenado reinciente em crime hediondo, somente terá direito ao livramento condicional se tiver cumprido, no mínimo, três quintos do total da pena.
- c) Revogado o livramento condicional, não poderá ser novamente concedido, descontando-se na pena o tempo em que esteve solto o apenado, independentemente de se tratar de condenação por crime anterior ou posterior à obtenção do benefício.
- d) O juiz poderá declarar extinta a pena, independentemente do trânsito em julgado da sentença em processo a que responde o liberado, por crime cometido na vigência do livramento.
- e) É vedado o livramento condicional em caso de condenação pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte.

QUESTÃO 10. “O livramento condicional constitui a fase final não institucionalizada de execução da pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, com o objetivo de reduzir os malefícios da prisão e promover a reinserção social do condenado, concedido pelo juiz da execução penal em decisão motivada, precedida de

manifestação do Ministério Público e da Defesa. Assim, o livramento condicional introduz mudanças na execução da pena, consistentes na transição da execução institucionalizada para a execução em liberdade da pena privativa de liberdade aplicada”.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*: parte geral. 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 591-592.

Com relação ao *livramento condicional*, tratando-se de condenação pela prática de crime hediondo (sem resultado morte), é CORRETO afirmar:

- a) Não é cabível o livramento condicional em condenações pela prática de crimes hediondos.
- b) O apenado, se primário, deverá cumprir um terço da pena para ter direito ao livramento condicional.
- c) O apenado, se reincidente, deverá cumprir metade da pena para ter direito ao livramento condicional.
- d) O apenado, se primário, deverá cumprir dois terços da pena para ter direito ao livramento condicional.
- e) O apenado, se reincidente em crime hediondo, deverá cumprir três quintos da pena para ter direito ao livramento condicional.